

Recebimento: 27/12/2020

Aceite: 12/05/2022

## **URBANIZAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA RMVPLN (SP): UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS SANTA BRANCA, JACAREÍ E SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

## **URBANIZATION AND WOMEN PARTICIPATION IN JOB MARKET OF THE RMVPLN (SP): A STUDY OF THE MUNICIPALITIES OF SANTA BRANCA, JACAREÍ AND SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

**Ilka Ramos Formoso<sup>1</sup>**

**Sandra Maria da Costa Fonseca<sup>2</sup>**

**Adriane Aparecida Moreira de Souza<sup>3</sup>**

### **Resumo**

O presente artigo apresenta uma análise da participação da mulher na população economicamente ativa em empregos formais e seus reflexos no grau de urbanização, considerando o Índice de População Economicamente Ativa feminina (PEA) e Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), em três municípios da sub-região 1, da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte: Santa Branca, Jacareí e São José dos Campos. O estudo se utiliza de pesquisa bibliográfica, de dados sobre o grau de urbanização, número de mulheres em empregos formais, Índices de População Economicamente Ativa (PEA) e Índices Paulistas de Responsabilidade Social (IPRS) com diferentes dinâmicas socioeconômicas. Verificou-se que, embora as mulheres tenham conquistado relevante espaço no mercado de trabalho, demonstrado por meio de sua participação na população economicamente ativa nos três municípios da sub-região 1 da RMVPLN, ainda há desafios para se atingir uma melhor participação da mulher no mercado de trabalho, a fim de contribuir para uma maior eficiência econômica feminina como resultado essencial de desenvolvimento econômico da região. Apesar dos avanços e a ocorrência da metropolização e desmetropolização observada nos municípios em estudo, a disparidade da participação da mulher no mercado de trabalho se faz presente.

**Palavras-chave:** Urbanização. Mulher. Mercado de Trabalho.

<sup>1</sup> Doutora em Planejamento Urbano e Regional (UNIVAP). Professora da Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos – SP, Brasil. E-mail: ilka@univap.br

<sup>2</sup> Doutora em Engenharia de Transportes (USP). Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos – SP, Brasil. E-mail: sandra@univap.br

<sup>3</sup> Doutora em Geografia Humana (USP). Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos – SP, Brasil. E-mail: adriane@univap.br

## Abstract

This article presents an analysis of the women participation in the economically active population in formal jobs and their reflexes on the degree of urbanization, considering the Female Economicly Active Population Index (PEA) and the São Paulo Social Responsibility Index (IPRS), in three municipalities of the sub-region 1 of the Metropolitan Region of Vale do Paraíba and Litoral Norte: Santa Branca, Jacareí and São José dos Campos. The study uses literature review, data about degree of urbanization, number of women in formal jobs, Economically Active Population Index (PEA) and São Paulo Social Responsibility Index (IPRS) with different socioeconomic dynamics. It was found that although women have gained significant space in the labor market, demonstrated through their participation in the economically active population in the three municipalities in RMVPLN sub-region 1, there are still challenges to achieving a better participation of women in labor market in order to contribute to greater female economic efficiency as an essential result of the region's economic development. Despite the advances and the occurrence of metropolization and demetropolization observed in the municipalities under study, the disparity in women's participation in the labor market is present.

**Keywords:** urbanization; woman; job market.

## Introdução

O crescimento e a constância da participação da mulher no mercado de trabalho podem ser vistos como resultado de um processo da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado, relacionadas com transformações sociais e comportamentais, tais como a queda da fecundidade, a expansão da escolaridade e o acesso às universidades (BRUSCHINI, 2000; BARROS & MOURÃO, 2018).

Alguns fatores como a urbanização, industrialização e mudanças tecnológicas contribuíram para o desenvolvimento econômico, o que proporcionou maior número de mulheres inseridas no mercado. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em Estatísticas de Gênero, demonstram a evolução da participação feminina no mercado de trabalho e a redução contínua da diferença entre homens e mulheres na PEA<sup>4</sup>, no período entre 1950 e 2010. A participação masculina na PEA passou de 80,8% para 67,1%, enquanto a participação feminina mais que triplicou, saltando de 13,6% para 49,9% (IBGE, 2015).

Segundo Miranda (2013, p. 22), a participação da mulher na força de trabalho apresenta tendências históricas que são justificadas por mudanças na organização econômica e social brasileira que estariam contribuindo para aumentar o emprego feminino. Outros fatores envolvem mudanças culturais e demográficas.

A mudança na organização econômica, como a urbanização, a industrialização e as mudanças tecnológicas, influenciam a composição da força de trabalho, apresentando assim um maior número de mulheres inseridas em atividades remuneradas no mercado de trabalho (PINHEIRO, 2012; PASSOS & GUEDES; 2018).

A urbanização ocorrida com o crescimento das cidades gerou a ocorrência do êxodo rural, acarretando uma fragmentação da economia rural como forma de subsistência da família, causando o deslocamento de famílias para centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Esse fator gerou uma diminuição de mão de obra no setor primário e um aumento nos setores secundários e terciários, alterando assim a estrutura de empregos (PINHEIRO, 2012, p. 24).

A industrialização, como fator de desenvolvimento econômico, gera modificação na estrutura do mercado de trabalho, normalmente, fazendo com que os homens sejam utilizados no trabalho das indústrias, e as mulheres ainda tenham, em grau maior, sua inserção no mercado de trabalho terciário, ocupando empregos precários, na economia informal (PINHEIRO, 2012, p. 23). Com as mudanças tecnológicas, as indústrias tiveram a possibilidade de mecanização, momento em que a

<sup>4</sup> População Economicamente Ativa (PEA): composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa do IBGE.

mão de obra feminina passou a ter oportunidade de inserção no mercado, ao lado da masculina (MIRANDA, 2013, p. 23).

A inserção da mulher no mercado de trabalho torna-se então um fator importante para o desenvolvimento econômico, pelo aumento da oferta de mão de obra (PASSOS & GUEDES; 2018). Conseqüentemente, ocorre uma elevação de sua renda, acarretando um rebatimento nos fatores culturais, posto que, ocorre uma maior socialização da mulher em relação ao trabalho exercido fora do lar, trazendo uma nova dinâmica em sua vida, um novo papel na sociedade.

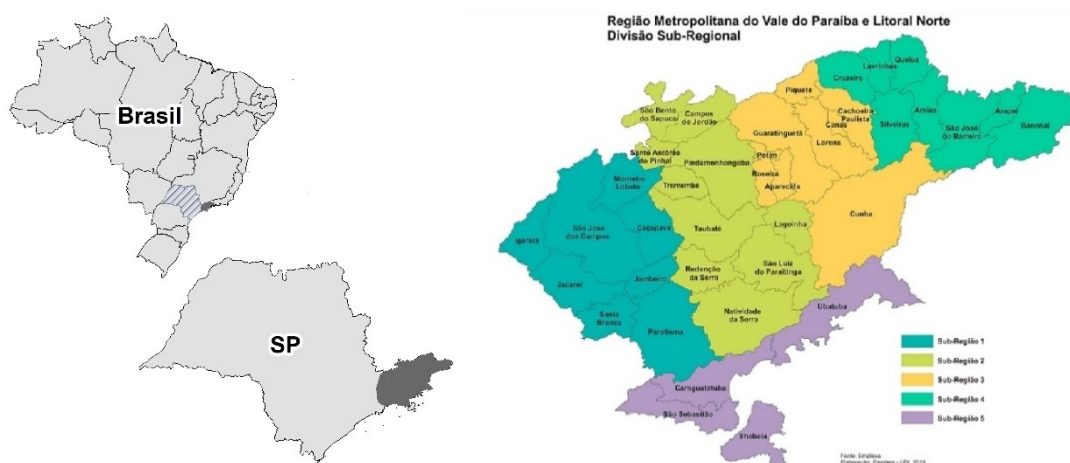
Considerando esses aspectos, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise da participação da mulher na população economicamente ativa em empregos formais e seus reflexos no grau de urbanização, considerando o Índice de População Economicamente Ativa feminina (PEA) e Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), na sub-região 1 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. A análise se direciona aos três municípios, desta sub-região, que possuem suas sedes administrativas classificadas, segundo o IBGE (2020), como cidade pequena (Santa Branca), média (Jacareí) e grande (São José dos Campos, levando em consideração o grau de urbanização e a tipologia de cada um dos municípios, segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), a fim de verificar a disparidade da participação da mulher no mercado de trabalho. Assim, se espera contribuir com a discussão sobre a importância da participação da mulher no mercado de trabalho em empregos formais como fator de importância para sua emancipação.

## A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) localiza-se ao leste do estado de São Paulo (figura 1), entre os dois principais centros econômicos do País, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo a EMLASA (2019), a RMVPLN foi criada em 2012, concentra mais de 2,5 milhões de habitantes e gerou 4,8% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista em 2016. É integrada por 39 municípios, divididos em cinco sub-regiões. A sub-região 1, objeto de análise desse artigo, é formada pelos municípios: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos.

Quanto ao Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS (SEADE, 2014), os três municípios que são analisados nesse artigo são classificados como segue: São José dos Campos e Jacareí pertencem ao grupo dos municípios Dinâmicos (antigo grupo 1) e Santa Branca pertence ao grupo dos municípios Em Transição (antigo Grupo 4).

Figura 1: Localização da RMVPLN



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do IBGE (2015) e EMLASA (2019).

## Materiais e métodos

O para a elaboração do artigo, foram utilizados referências bibliográficas referente à temática, dados dos Índices da População Economicamente Ativa (PEA) de 2020 e Grau de Urbanização - elaborados pela Fundação Seade – Informações dos Municípios Paulistas (IMP), para compreender a realidade da participação das mulheres no mercado de trabalho nas cidades de Santa

Branca, Jacareí e São José dos Campos, além de considerar a tipologia desses municípios segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) de 2018.

A Lei nº 10.765, de 19 de fevereiro de 2001 criou o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), considerado um instrumento para mensurar a qualidade de vida nos municípios do Estado, visto que apresenta uma tipologia de classificação dos municípios paulistas em cinco grupos. Tem como função principal pensar o ser humano como o centro do processo de seu desenvolvimento, sendo um instrumento de informação, no presente estudo, para examinar a participação da mulher no mercado de trabalho, nos municípios selecionados da sub-região 1 da RMVPLN (SEADE, 2019).

O Índice de População Economicamente Ativa (PEA), de 2020 é um instrumento importante para análise da participação da mulher no mercado de trabalho em cada um dos municípios selecionados da sub-região 1, da RMVPLN, bem como apresentar o Grau de Urbanização de cada município, a fim de verificar se há correlação entre eles (SEADE, 2020).

Para identificar o perfil dos três municípios da sub-região 1 da RMVPLN, no presente artigo, apresenta-se a tipologia que classifica os municípios paulistas segundo o IPRS<sup>5</sup>, o qual considera como indicadores das condições de vida além da renda per capita, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – riqueza, escolaridade e longevidade. A partir desses indicadores, foram propostos cinco grupos: Dinâmicos (antes denominado Grupo 1), que reúne municípios com alto nível de riqueza e média ou alta dimensões de longevidade e escolaridade; Desiguais (antes denominado Grupo 2), o qual engloba municípios com alto nível de riqueza que não se refletem nos indicadores sociais, os quais se situam aquém dos registrados para os municípios classificados como Dinâmicos (baixa longevidade e média/alta escolaridade ou baixa escolaridade e média/alta longevidade); Equitativos (antes denominado Grupo 3) municípios com nível de riqueza baixo, mas com média ou alta dimensões escolaridade e longevidade; Em Transição (antes denominado Grupo 4), do qual faz parte municípios com baixa riqueza e baixa longevidade e média/alta escolaridade ou baixa escolaridade e média/alta longevidade e, Vulneráveis (antes denominado Grupo 5), composto por localidades tradicionalmente pobres, com baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade, esse grupo concentra os municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais (SEADE, 2019, p. 2).

Para os municípios estudados, a tipologia do IPRS foi considerada para identificar o diferencial existentes entre eles e dar um pano de fundo quanto à qualidade de vida dos habitantes, a partir disso busca-se relacionar o Grau de Urbanização com o número da População Economicamente Ativa – PEA de homens e mulheres de cada um dos municípios, no período entre 2014-2018.

## Resultados e discussão

Para Bruschini (2000, p.16) o crescimento e a constância da inserção da mulher no mercado de trabalho, desde os anos 1970, são tratados como um processo que:

[...] teria resultado não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado, em conjunturas específicas, mas também, em grande parte, das transformações demográficas, culturais e sociais que vêm ocorrendo no Brasil e que têm afetado as mulheres e as famílias brasileiras. A intensa queda da fecundidade, a expansão da escolaridade e o acesso às universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho (BRUSCHINI, 2000, p. 16).

Leone e Portilho (2018) ressaltam que as conquistas femininas no campo educacional não têm sido acompanhadas por ganhos no mercado de trabalho. Passos e Guedes (2018, p. 68) comentam que “ao longo da história as mulheres assumiram como papel “natural” a provisão de cuidados da família, enquanto os homens o sustento financeiro”, o que foi considerado como uma opção natural desta vida doméstica. Os autores explicam que este papel foi sendo revertido, entretanto, a maior

<sup>5</sup> O IPRS acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (SEADE, 2019).

participação das mulheres no mundo do trabalho parece não ter conseguido reverter relações assimétricas de gênero, prevalecendo acentuadas desigualdades salariais entre homens e mulheres.

Segundo Wajzman et al. (1998, p. 2431), fatores como o aumento do nível de escolaridade e a queda da taxa de fecundidade foram de crucial importância no processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, posto que mulheres mais instruídas, de alto nível socioeconômico, se direcionaram mais ao mercado e passaram a ter um menor número de filhos, ficando mais disponíveis para exercer sua profissão.

A queda da taxa de fecundidade não é fato novo na discussão dos impactos sobre o trabalho feminino, posto que nas últimas décadas do século XX o país passou por diversas transformações culturais e já obtinha resultados, “sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, de 4,4 filhos por mulher, em 1980, para 2,3 filhos no final da década de 90; redução no tamanho das famílias que, no final dos anos 1990, passaram a ter apenas 3,4 membros (BRUSCHINI ET AL., 2004, p. 107).

Segundo dados do IBGE, em Pesquisa de Projeção da População do Brasil, fatores como o aumento da urbanização, a inserção da mulher no mercado de trabalho e o aumento de métodos contraceptivos relacionados a outros fatores como a redução das taxas de mortalidade infantil, planejamento familiar e expansão da educação, constatou-se uma redução da taxa de fecundidade total no Brasil no período de 2000 a 2015. No período avaliado, o número de filhos caiu de 2,14 filhos nascidos vivos por mulher, em 2000 para 1,74 no ano de 2015 (IBGE, 2015).

Verifica-se que as mulheres traçam um cenário heterogêneo em suas atividades, fruto das diferenças sociais e econômicas em que vivem e das desigualdades de gênero (KRAUSER; KRAUSER, 2016).

Na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) não se tem quadro diferente, comparando-se os dados da População Economicamente Ativa e o Grau de Urbanização, nos municípios de Santa Branca, Jacareí e São José dos Campos, no período entre 2014-2018.

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) ocupa uma área de 16.192,77 km<sup>2</sup>, correspondente a 6,5% do território paulista, sendo composta por cinco sub-regiões que possuem nomenclatura iguais as sub-regiões de Governo: sub-região 1 - de São José dos Campos; sub-região 2 - de Taubaté; sub-região 3 - de Guaratinguetá; sub-região 4 - de Cruzeiro e sub-região 5 - Litoral Norte (SEADE, 2014, p. 100).

A sub-região 1 possui, aproximadamente, 1.092.767 habitantes, sendo composta por oito municípios: 1- Caçapava, com 93.488 habitantes; 2- Igaratá, com 9.483 habitantes; 3- Jacareí, com 231.863 habitantes; 4- Jambuí, com 6.485 habitantes; 5- Monteiro Lobato, com 4.608 habitantes; 6- Paraibuna, com 18.180 habitantes; 7- Santa Branca, com 14.717 habitantes e 8- São José dos Campos, com 713.943 habitantes (EMPLASA, 2019). As cidades de Jacareí e São José dos Campos pertencem ao grupo de municípios classificados como Dinâmicos, que apresentam elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais, são classificadas com cidade média - de 100 mil até 500 mil habitantes - e cidade grande - mais de 500 mil habitantes, respectivamente. Enquanto a cidade de Santa Branca pertence ao grupo dos municípios Em Transição e apresenta baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade, sendo classificada como cidade pequena (até 100 mil habitantes), segundo o IBGE (2020). Os três municípios estão interligados apresentando, cada um, sua abrangência no tocante à prestação de serviços e concentração de atividades que possuem, formando uma parte da rede urbana da sub-região 1 da RMVPLN.

Nesse sentido, Corrêa (*apud* Sposito, 2013, p. 49) afirma que a rede urbana deve ser:

[...] entendida como um conjunto de centros, funcionalmente articulados, constitui-se em um reflexo social, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais. Desta complexidade emerge uma variedade de tipos de redes urbanas, variadas de acordo com combinações de características, como o tamanho dos centros, a densidade deles no espaço regional, as funções que desempenham, a natureza, intensidade, periodicidade e alcance espacial das interações e forma de rede (CORRÊA *apud* SPOSITO, 2013).

Diante da existência de uma rede urbana entre os três municípios, cada qual com suas especificidades, constata-se uma interação e, até mesmo certa dependência entre eles, assim passa-se a explaná-los segundo a classificação de cidades pequena, média e grande com objetivo de diferenciar cada um deles quanto à inserção da mulher no mercado de trabalho, a partir dos dados quanto ao Grau de Urbanização e População Economicamente Ativa – PEA que apresentam.

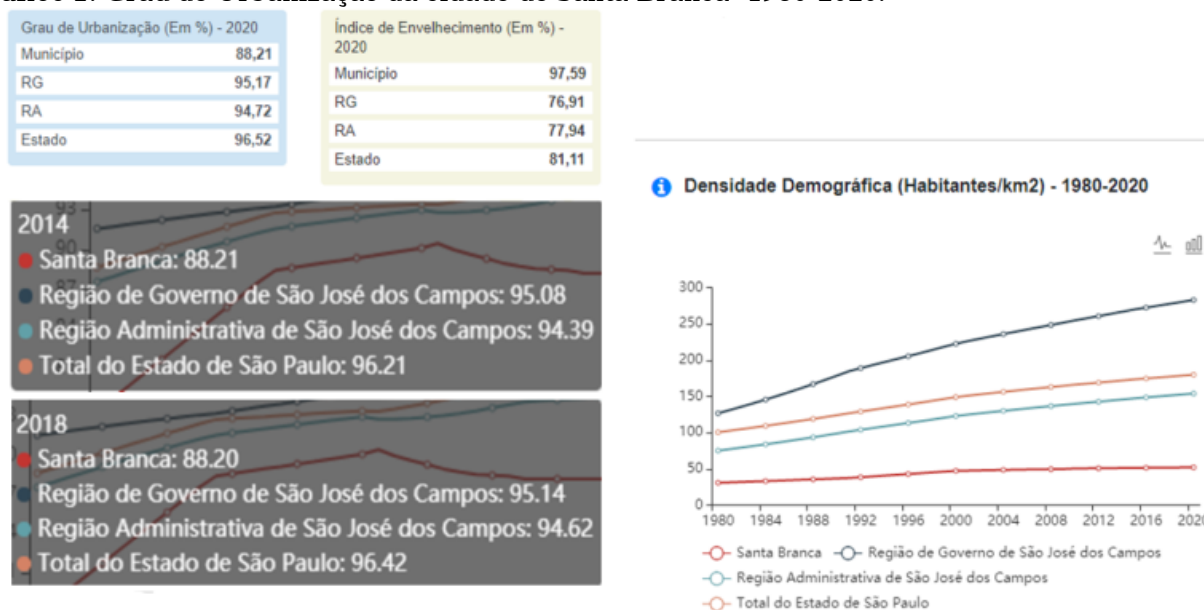
## O Município de Santa Branca e o grau de urbanização e PEA feminina

A cidade de Santa Branca possui uma população de 14.717 habitantes (EMPLASA, 2019), este número a classifica como cidade pequena (IBGE, 2020). Segundo a Prefeitura Municipal (PMSB, 2020), Santa Branca apresenta uma economia voltada ao ecoturismo, considerando que os turistas podem desfrutar de trilhas, cachoeiras e montanhas, além da produção de cachaças artesanais em pequenos alambiques. A cidade possui poucas indústrias como indústria química, de cosméticos e metalurgia; não possui hipermercados e oferece uma restrita rede de serviços e comércio, como toda cidade pequena. Está localizada a 15 km de distância da cidade de Jacareí, desta forma verifica-se uma interdependência, entre Santa Branca e Jacareí (PMSB, 2020).

Nessa perspectiva, Sposito (2013, p. 41) observa que a cidade pequena “oferece uma gama mais restrita de serviços aos seus moradores e isso difere no gradiente de consumo e no acesso aos bens mais necessários e imprescindíveis à realização da vida, se comparado aos centros de porte superior” (SPOSITO, 2013, p. 41). É o que ocorre com a cidade de Santa Branca, posto que diante da escassez de recursos na área de serviços em geral, educação, saúde e outros, a população passa a utilizar os serviços ofertados pela cidade de Jacareí.

O município pertencente ao grupo dos municípios Em Transição, possuindo a tipologia de município com baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade (SEADE, 2019), o que pode também fortalecer a compreensão da ‘dependência’ que a população de Santa Branca possui em relação à cidade de Jacareí. Nesse sentido, a ‘dependência’ originada da restrita oferta de serviços pode, também, ser identificada quando se analisa o grau de urbanização de 88,20% (SEADE, 2020) que a cidade apresentou no período entre 2014-2018, ou seja, possui grau de concentração da população urbana em relação à população total do município muito abaixo do grau de urbanização, no ano de 2018, da Região de Governo (95,14%), Administrativa (94,62%) e do total do Estado de São Paulo (96,42%), conforme se observa no Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Grau de Urbanização da cidade de Santa Branca- 1980-2020.



Fonte: Fundação Seade (2020).

Ressalta-se que o pico do grau de urbanização de Santa Branca, no período de 1980 a 2020, foi em 2001, onde atingiu 90,44% contra: 94,62% da Região de Governo; 92,77% da Região Administrativa e 93,38% do total do Estado.

A partir do percentual referente ao grau de urbanização que a cidade de Santa Branca apresenta, no período 2014-2018, pode-se correlacioná-lo com o número da População Economicamente Ativa (PEA) de homens e mulheres, a fim de verificar a inserção da mulher no mercado de trabalho no município. Nesse contexto, a Tabela 1 apresenta o total de empregos formais, números de empregos formais de homens e mulheres no município de Santa Branca, no período de 2014-2018.

**Tabela 1:** População Economicamente Ativa – PEA total e percentual de empregos formais masculinos e femininos no município de Santa Branca, no período 2014-2018.

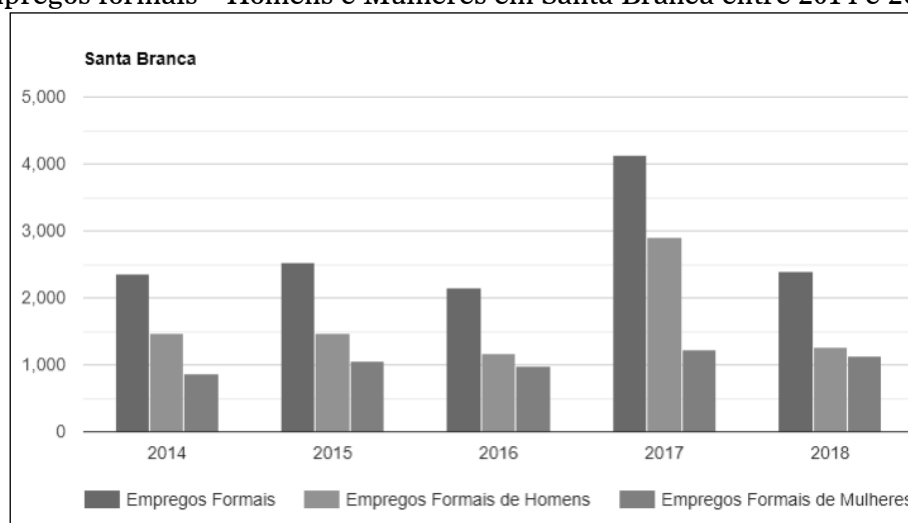
Ano	Total	Homens	%	Mulheres	%
2014	2.350	1.479	62,9	871	37,7
2015	2.528	1.479	58,5	1.049	41,4
2016	2.147	1.172	54,5	975	45,4
2017	4.133	2.902	70,2	1.231	29,7
2018	2.390	1.258	52,6	1.132	49,3

Fonte: Fundação Seade (2020).

Segundo a Tabela 2, verifica-se que no município de Santa Branca, em 2014, a participação feminina em empregos formais foi de 37,7% e em 2018 foi de 49,3% do total de empregos, apresentando aumento de 11,6% no período. Em 2014, a participação masculina em empregos formais foi de 62,9% e em 2018 foi de 52,6% do total de empregos, apresentando diminuição de 10,3% no mesmo período. Todavia, a desigualdade entre homens e mulheres em empregos formais no município é identificada quando se constata que a participação feminina manteve uma média de 40,7% contra 59,7% da participação masculina, no período de 2014 a 2018.

Para corroborar o contexto acima, bem como visualizar as oscilações em empregos formais masculinos e femininos, apresenta-se Gráfico 2 – o qual mostra que o emprego formal das mulheres cresceu (11,6%), entre 2014 a 2018, embora a desigualdade feminina se faça presente, no mesmo período, em comparação aos empregos formais masculinos, que decresceu (10,3%).

Observa-se que em 2018 ocorreu queda em empregos formais de homens e mulheres em comparação ao ano de 2014, entretanto o grau de urbanização do município se manteve estável em 88,20%, no período entre 2014-2018.

**Gráfico 2:** Empregos formais – Homens e Mulheres em Santa Branca entre 2014 e 2018.

Fonte: Fundação Seade (2020).

Para análise da inserção feminina no mercado de trabalho é necessário considerar Santa Branca como uma cidade pequena, com baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade e, com menor grau de urbanização frente à Jacareí e São José dos Campos.

Quanto à média da participação feminina em empregos formais no município, no período apresentado – 40,7%, há de se ressaltar os efeitos da migração, em geral, momento em que as mulheres migram para as cidades vizinhas – Jacareí e São José dos Campos – na busca de uma melhor oportunidade de trabalho.

### O Município de Jacareí e o grau de urbanização e PEA feminina

A cidade de Jacareí possui uma população de 231.863 habitantes (EMPLASA, 2019), este número a classifica como cidade média (IBGE, 2020). É conhecida como a ‘capital da cerveja’ pelas

cervejarias instaladas na cidade, possui um parque industrial diversificado com empresas de diferentes portes que fabricam: cerveja, estruturas metálicas, papel e celulose, alimentos, meias, produtos químicos, pisos e revestimentos, cerâmica, autopeças, vidros, latas para cerveja e refrigerantes, entre outros, salienta-se que parte da produção local se destina à exportação. Está localizada a 19 km de distância da cidade de São José dos Campos, formando, atualmente, uma trama urbana contínua entre Jacareí e São José dos Campos (PMJ, 2020).

A cidade de Jacareí está interligada à cidade São José dos Campos, atualmente, dentro da rede urbana da RMVPLN, embora possua autonomia no tocante a recursos na área de serviços em geral, educação, saúde e outros. Jacareí se articula não só com a cidade de São José dos Campos, mas também com outras cidades da Região, bem como outros países.

Como uma cidade média, Jacareí, mantém relações com Santa Branca, exercendo um papel de intermediação entre a cidade pequena e a cidade maior – São José dos Campos.

Nesse contexto Sposito (2007) afirma que:

Num contexto como esse, as relações entre a cidade média e seu espaço rural e regional deixam de ser suficientes para compreender o contexto em que ela se insere. Ampliaram-se suas relações hierárquicas com as cidades maiores da mesma rede, sobretudo com as metrópoles que a articulam com a escala internacional; estabeleceram-se relações de complementaridade com outras cidades de importância semelhante; alteraram-se suas relações com as cidades pequenas, pois esse processo veio acompanhado de modernização da agricultura que gerou movimentos migratórios do campo para as cidades e das cidades pequenas para as médias e grandes (SPOSITO, 2007, pp. 236-237).

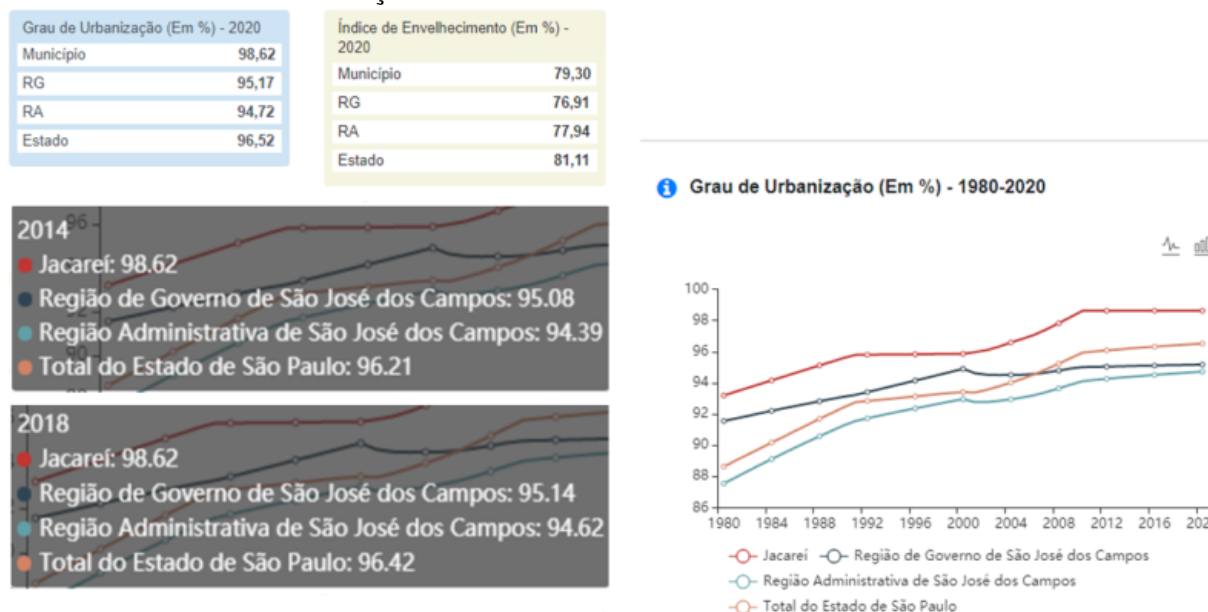
Destaca-se que a cidade de Jacareí exerce uma dinâmica de relações entre o espaço intraurbano e o espaço interurbano, posto que mantém relações com a rede urbana regional e nacional, bem como com o interior da cidade.

Ressalta-se que o município pertence ao grupo de municípios classificados como dinâmicos e possui a tipologia de município com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais (SEADE, 2019), fato que reforça seu papel desempenhado na rede urbana regional e nacional.

Nesse sentido, identifica-se o reflexo da modernização e integração ao capitalismo regional, nacional e internacional (SPOSITO, 2007, p. 243) que a cidade de Jacareí apresenta, quando se analisa o grau de urbanização de 98,62% (SEADE, 2020), no período entre 2014-2018, ou seja, grau de concentração da população urbana em relação à população total do município acima do grau de urbanização, no ano de 2018, da Região de Governo (95,14%), Administrativa (94,62%) e grau de urbanização total do Estado de São Paulo (96,42%), conforme se observa no Gráfico 3.



**Gráfico 3:** Grau de Urbanização da cidade de Jacareí- 1980-2020.



Fonte: Fundação Seade (2020).

Ressalta-se que o pico do grau de urbanização de Jacareí, no período de 1980 a 2020, foi em 2010, quando atingiu 98,62% contra: 95,01% da Região de Governo; 94,11% da Região Administrativa e 95,94% do total do Estado, percentual que se mantém até 2020.

A partir do percentual referente ao grau de urbanização que a cidade de Jacareí apresenta, no período 2014-2018, pode-se correlacioná-lo com o número da População Economicamente Ativa (PEA) de homens e mulheres, a fim de verificar a inserção da mulher no mercado de trabalho no município.

Nesse contexto, a Tabela 2 apresenta o total de empregos formais, números de empregos formais de homens e mulheres no município de Jacareí, no período de 2014-2018.

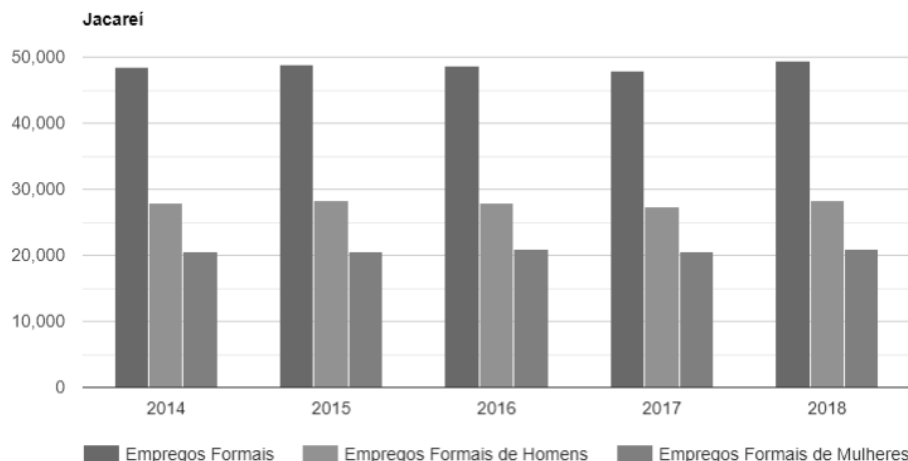
**Tabela 2:** População Economicamente Ativa – PEA total e percentual de empregos formais masculinos e femininos no município de Jacareí, no período 2014-2018.

Ano	Total	Homens	%	Mulheres	%
2014	48.473	27.974	57,6	20.516	42,3
2015	48.896	28.278	57,8	20.618	42,1
2016	48.742	27.874	57,1	20.868	42,8
2017	47.934	27.364	57,0	20.570	42,9
2018	49.344	28.341	57,4	21.003	42,5

Fonte: Fundação Seade (2020).

De acordo com a Tabela 3, verifica-se que no município de Jacareí, em 2014, a participação feminina em empregos formais foi de 42,3% e em 2018 foi de 42,5% do total de empregos, apresentando aumento de 0,2% no período. Em 2014, a participação masculina em empregos formais foi de 57,6% e em 2018 foi de 57,4% do total de empregos, apresentando diminuição do mesmo percentual no período. Todavia, a desigualdade entre homens e mulheres em empregos formais no município é identificada quando se constata que a participação feminina manteve uma média de 42,5% contra 57,3% da participação masculina, no período de 2014 a 2018.

No Gráfico 4, observa-se que o emprego formal das mulheres cresceu, muito pouco, de 2014 a 2018, e a desigualdade feminina se fez presente, em comparação aos empregos formais masculinos. Cabe ressaltar que a desigualdade entre homens e mulheres em empregos formais, no período analisado, foi maior em 2015, onde a participação feminina foi de 42,1% contra 57,8% da participação masculina. Observa-se que, em 2018, manteve-se estável o percentual de empregos formais de homens e mulheres em comparação ao ano de 2014, entretanto o grau de urbanização do município se manteve estável em 98,62%, no período entre 2014-2018.

**Gráfico 4:** Empregos formais – Homens e Mulheres em Jacareí entre 2014 e 2018

Fonte: Fundação Seade (2020)

É importante considerar Jacareí como cidade média, com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais e, com maior grau de urbanização frente à Santa Branca e São José dos Campos. Quanto à média da participação feminina em empregos formais no município, no período apresentado – 42,5% - há de se ressaltar também os efeitos da migração, em geral, momento em que as mulheres migram para cidades vizinhas – como São José dos Campos, por exemplo – na busca de uma melhor oportunidade de trabalho.

### O Município de São José dos Campos e o grau de urbanização e PEA feminina

A cidade de São José dos Campos possui uma população de 713.943 habitantes (EMPLASA, 2019), este número permite sua classificação como cidade grande (IBGE, 2020). É o principal município da RMVPLN e o mais importante polo aeronáutico e aeroespacial da América Latina, a cidade une tecnologia, cultura e tradição. Em seu núcleo urbano encontram-se empresas de tecnologia de ponta, universidades, institutos de pesquisa científica, faculdades, centros de formação de mão de obra, entre outros, a cidade possui características pertinentes a uma metrópole. Atualmente, a cidade é o “centro regional de compras e serviços, com atendimento a aproximadamente 2 milhões de habitantes do Vale do Paraíba e sul de Minas Gerais” (PMSJC, 2020).

Apesar de São José dos Campos ser considerada metrópole regional, é preciso salientar que é fruto da dinâmica metropolitana originada da dinâmica urbana da cidade de São Paulo, ou seja, metropolizar espaços urbanos já existentes.

Ressalta-se que metropolização é o processo de formação de metrópoles, sendo o fator mais visível deste processo o crescimento, em população, extensão, riqueza e complexidade. Lencione (2020, p.174) comenta que este processo seria “uma mudança completa de forma, função e estrutura da urbanização. Portanto, significa uma ruptura no processo de urbanização, uma ruptura do continuum relacionada a um novo momento, o da planetarização do urbano”.

Nesse sentido, ocorreu com São José dos Campos o afirmado por Lencioni (2004, p. 157):

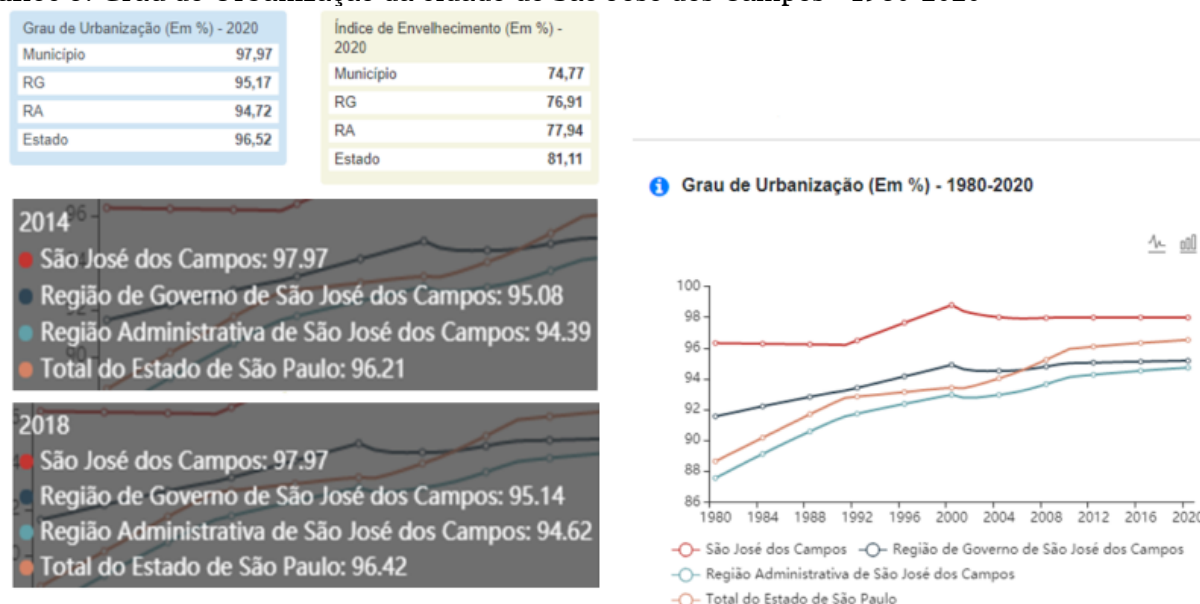
Isso porque a dinâmica urbana dos dias atuais no estado de São Paulo não busca urbanizar espaços rurais ou desenvolver cidades. Esse processo já está consolidado. Agora, a questão é de metropolizar os espaços urbanos já existentes. Ou seja, trata-se de imprimir aos espaços urbanos características da metrópole, porque muitas atividades, até então exclusivas da metrópole, necessitam ser reproduzidas fora dela para que a reprodução do capital em geral continue sua expansão (LENCIONI, 2004, p. 157).

São José dos Campos é considerada metrópole - fruto de um processo de metropolização que veio se expandindo da cidade de São Paulo, por isso que ela possui características que a diferenciam das demais cidades ao seu entorno como o desenvolvimento, por exemplo, das atividades de serviços, de centros comerciais, construção de shopping centers, tudo traçando características semelhante à cidade de São Paulo, e mais, traçando comportamento quanto a “forma de consumir e viver semelhante à da metrópole, bem como a presença crescente dos socialmente excluídos” (LENCIONI,

2004, p. 157). Assim, este comportamento está relacionado ao processo de metropolização do espaço que impõe essas características metropolitanas que até então eram exclusivas e particulares da cidade de São Paulo quando metrópole.

Nesse sentido, identifica-se o reflexo desse processo de metropolização do espaço quando se observa o grau de urbanização de 97,97% (SEADE, 2020), no período entre 2014-2018, ou seja, grau de concentração da população urbana em relação à população total do município acima do grau de urbanização, no ano de 2018, da Região de Governo (95,14%), Administrativa (94,62%) e do total do Estado de São Paulo (96,42%), conforme se observa no Gráfico 5.

**Gráfico 5:** Grau de Urbanização da cidade de São José dos Campos - 1980-2020



Ressalta-se que o pico do grau de urbanização de São José dos Campos, no período de 1980 a 2020, foi em 2000, onde atingiu 98,78% contra: 94,90% da Região de Governo; 92,96% da Região Administrativa e 93,41% do total do Estado. A partir do percentual referente ao grau de urbanização que a cidade de São José dos Campos apresenta, no período 2014-2018, pode-se correlacioná-lo com o número da População Economicamente Ativa (PEA) de homens e mulheres, a fim de verificar a inserção da mulher no mercado de trabalho no município.

Nesse contexto, a Tabela 4 apresenta o total de empregos formais, números de empregos formais de homens e mulheres no município de São José dos Campos, no período de 2014-2018.

**Tabela 3:** População Economicamente Ativa – PEA total e percentual de empregos formais masculinos e femininos no município de São José dos Campos, no período 2014-2018

Ano	Total	Homens	%	Mulheres	%
2014	209.777	123.653	58,9	86.124	41,0
2015	201.142	118.770	59,0	82.372	40,9
2016	192.181	112.939	58,7	79.242	41,2
2017	187.441	109.639	58,4	77.802	41,5
2018	186.507	108.211	58,0	78.296	41,9

Fonte: Fundação Seade (2020).

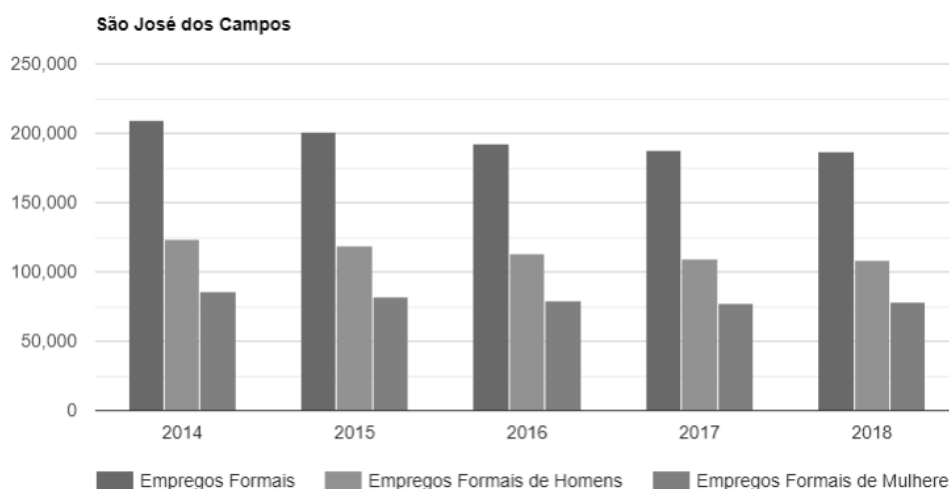
Segundo a Tabela 3, verifica-se que no município de São José dos Campos, em 2014, a participação feminina em empregos formais foi de 41,0% e em 2018 foi de 41,9% do total de empregos, apresentando aumento de 0,9% no período. Em 2014, a participação masculina em empregos formais foi de 58,9% e em 2018 foi de 58,0% do total de empregos, apresentando diminuição do mesmo percentual no período. A desigualdade entre homens e mulheres em empregos formais no município é identificada quando se constata que a participação feminina manteve uma média de 41,3% contra 58,6% da participação masculina, no período de 2014 a 2018.

O Gráfico 6 corrobora com essa afirmação, ao mostrar que o emprego formal das mulheres - se é que se pode dizer - cresceu minimamente, de 2014 a 2018, e a desigualdade feminina se fez presente, em comparação aos empregos formais masculinos. Cabe ressaltar que a desigualdade entre homens e mulheres em empregos formais, no período analisado, foi maior em 2015, onde a participação feminina foi de 40,9% contra 59,0% da participação masculina. Observa-se que, em 2018, ocorreu queda em empregos formais de homens (0,9%) e aumento na mesma proporção em empregos formais de mulheres em comparação ao ano de 2014, entretanto o grau de urbanização do município se manteve estável em 97,97%, no período entre 2014-2018.

Para análise da inserção feminina no mercado de trabalho é necessário considerar São José dos Campos como cidade grande, com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais e, com grau de urbanização pouco inferior a Jacareí e maior que Santa Branca.

Gráfico 6 - Empregos formais – Homens e Mulheres em São José dos Campos entre 2014 e 2018.

**Gráfico 6:** Empregos formais – Homens e Mulheres em São José dos Campos, entre 2014 e 2018



Fonte: Fundação Seade (2020)

É de se ressaltar que a média de 41,3% da participação feminina em empregos formais no município de São José dos Campos, mesmo considerando a migração de mulheres da cidade de Jacareí (e outros municípios), em busca de melhor oportunidade de trabalho, está abaixo da média de Jacareí (42,5%), no período apresentado, reflexo, talvez da desmetropolização da cidade frente à Jacareí.

O conceito de desmetropolização é apresentado por Santos (2005), segundo o qual seria uma repartição da população urbana entre outros grandes núcleos. Santos (2005, p. 94), esta é uma tendência que se dá paralela ao fenômeno de metropolização, ou seja, ocorre o crescimento das grandes e muito grandes aglomerações, que são elevadas à situação de metrópoles, ao mesmo tempo que cresce o número das cidades intermediárias e de suas populações. Portanto, pode-se inferir que Jacareí esteja se “beneficiando” do processo de desmetropolização de São José dos Campos.

### Considerações finais

O processo de inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho é importante no contexto da sociedade brasileira, uma vez que pode proporcionar inúmeras transformações de ordem, econômica, social e comportamental na sociedade em geral e para as mulheres em particular. É a partir dessas transformações que o presente artigo buscou analisar a participação feminina na população economicamente ativa, nos empregos formais em três municípios com diferentes dinâmicas socioeconômicas na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

O grau de urbanização e a população economicamente ativa feminina foram fatores analisados para identificar a participação da mulher no mercado de trabalho nos municípios de Santa Branca, Jacareí e São José dos Campos, como pano de fundo, identificou-se os três municípios segundo a tipologia do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) - Santa Branca pertencente

ao grupo dos municípios Em Transição (antigo grupo 4) segundo o IPRS e apresenta baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade, enquanto que Jacareí e São José dos Campos pertencem ao mesmo grupo de municípios classificados como Dinâmicos (antigo grupo 1) apresentando elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais.

A partir da comparação do grau de urbanização e o índice da população economicamente ativa feminina nos municípios analisados, conclui-se que o município de Santa Branca, no período de 2014-2018, apresentou aumento na PEA feminina em 11,6%. A desigualdade entre homens e mulheres em empregos formais no município foi identificada quando se constatou que a participação feminina manteve uma média de 40,7% contra 59,7% da participação masculina, no período. Entretanto, o grau de urbanização do município se manteve estável em 88,20%, no mesmo período.

O município de Jacareí, no período analisado, apresentou aumento da PEA feminina em 0,2%. A desigualdade entre homens e mulheres em empregos formais no município foi identificada quando se constatou que a participação feminina manteve uma média de 42,5% contra 57,3% da participação masculina. Entretanto, o grau de urbanização do município se manteve estável em 98,62%, no mesmo período.

O município de São José dos Campos, no período em tela, apresentou aumento da PEA feminina em 0,9%. A desigualdade entre homens e mulheres em empregos formais no município também foi identificada quando se constatou que a participação feminina manteve uma média de 41,3% contra 58,6% da participação masculina. Entretanto, o grau de urbanização do município se manteve estável em 97,97%, no período entre 2014-2018.

A partir desses percentuais identificados em cada município pode-se concluir que na cidade de Santa Branca ainda que tenha ocorrido aumento na PEA feminina, no período entre 2014-2018, o grau de urbanização não parece ter sido fator influente para tal aumento, posto que se manteve estável no período. Há de se considerar que a cidade é classificada como pequena segundo o IBGE (2020), com tipologia de baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade e, com menor grau de urbanização frente à Jacareí e São José dos Campos. As cidades de Jacareí e São José dos Campos, ainda que tenham apresentado aumento na PEA feminina, no mesmo período, também o grau de urbanização não parece ter sido fator preponderante para tal aumento, posto que se mantiveram estáveis no período. Necessário considerar que Jacareí é classificada como cidade média e São José dos Campos como cidade grande segundo o IBGE, com tipologia de elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais.

Importante ressaltar que no período de 1980 a 2020, a cidade de Jacareí atingiu um pico de urbanização de 98,62%, em 2010, o qual se mantém até 2020. São José dos Campos teve pico de urbanização de 98,78% dentro do mesmo período, em 2000. Observa-se que a cidade de Jacareí, como cidade média, atua como centro regional das cidades próximas a ela, a exemplo de Santa Branca, que dependam de seus serviços especializados e que as cidades grandes – como São José dos Campos – possuem maiores recursos como hospitais, saneamento, energia elétrica e serviços em geral.

Assim, dentro do recorte temporal do presente estudo evidencia-se, ao mesmo tempo em que se observa a ocorrência da desmetropolização de São José dos Campos, em 2010, conforme explicado anteriormente, frente à Jacareí, observa-se uma metropolização de São José dos Campos, em 2000, expandida pela até então metrópole de São Paulo, ou seja, Jacareí teve seu grau de urbanização maior (98,62%) e mantido até 2020, fruto da desmetropolização de São José dos Campos, enquanto que este último teve seu grau de urbanização maior (98,78%) fruto da metropolização expandida da cidade de São Paulo. E como reflexo São José dos Campos, no período de 2014-2018, sofreu queda no grau de urbanização (97,97%) em relação à Jacareí, fato que traduz o crescimento das cidades médias. Ou seja, estes resultados demonstram que o processo de desmetropolização não anula o de metropolização, em curso em São José dos Campos, verificado nos dados apresentados.

Nesse cenário, ressalta-se que a participação da mulher no mercado de trabalho é fator fundamental para o crescimento econômico igualitário, bem como para a redução da pobreza e igualdade de gênero, embora ainda persistam disparidade salarial entre homens e mulheres em todo o mundo, assim como nos municípios estudados. Dados disponibilizados por Toneto Jr et al. (2021) demonstram que apesar de, entre 2002 e 2019, ter diminuído em 30% da desigualdade salarial entre homens e mulheres, na Região de Governo de São José dos Campos, a qual inclui os municípios apresentados neste artigo, há uma desigualdade salarial, em torno de 30%.

Por fim, conclui-se que apesar dos avanços e a ocorrência da metropolização e desmetropolização observada nos municípios em estudo, a disparidade da participação da mulher no mercado de trabalho se faz presente. Desta forma, nota-se que ainda há desafios para se alcançar

uma maior participação feminina no mercado de trabalho nos municípios analisados da sub-região 1 da RMVPLN.

## Referências

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018.

BRUSCHINI, M. C.A. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985/95). In: ROCHA, M.I.B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 13- 58.

BRUSCHINI, M.C.A.; PUPPIN, A.B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 105-138, 2004.

EMPLASA. **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A, 2019**. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>. Acesso em: 21 set. 2020.

KRAUSE, C; KRAUSE, M. Educação de mulheres do período colonial brasileiro até a o início do século XX: do imbecilitus sexus à feminização do magistério. **X Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Ocidental**, 2016.

MIRANDA, G.V. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas, em 1970. **Cadernos de Pesquisa**, n. 15, p. 21-36, 2013.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Informações dos Municípios Paulistas. **Perfil Municipal, 2020**. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>. Acesso em: 27 nov. 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Índice Paulista de Responsabilidade Social. **Metodologia. IPRS Versão 2019**. Disponível em: [http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/metodologia\\_do\\_iprs\\_2018.pdf](http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/metodologia_do_iprs_2018.pdf). Acesso em: 27 nov. 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Índice Paulista de Responsabilidade Social - **IPRS 2014-2018. IPRS Versão 2019**. Disponível em: [http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/iprs\\_release\\_site.pdf](http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/iprs_release_site.pdf). Acesso em: 27 nov. 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Índice Paulista de Responsabilidade Social, 2014**. Disponível em:

[http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/pdf/iprs/IPRS\\_2014\\_V5\\_Campinas.pdf](http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/pdf/iprs/IPRS_2014_V5_Campinas.pdf). Acesso em: 27 nov. 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Estatísticas de Gênero**, IBGE, 2015. Disponível em: <http://www.sof.org.br/2015/06/12/publicacao-estatisticas-de-genero-do-ibge-mostra-dados-relevantes-sobre-a-autonomia-economica-das-mulheres/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/base\\_de\\_informacoess\\_por\\_setor\\_censitario\\_universo\\_censo\\_2010.pdf](http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/base_de_informacoess_por_setor_censitario_universo_censo_2010.pdf). Acesso em: 30 nov. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ. (PMJ). Disponível em: <http://www.jacarei.sp.gov.br/cidade/infraestrutura/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

LENCIONI, Sandra. O Processo de Metropolização do Espaço: uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização. In: **SCHIFFER, S.R.** (org). **Globalização e estrutura urbana**. São Paulo. HUCITEC, 2004. pp. 153-165.

LENCIONI, S. METROPOLIZAÇÃO. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.

PINHEIRO, J.C. **Trabalho feminino no Brasil: análise da evolução da participação da mulher no mercado de trabalho (1950-2010)**. 2012.

LEONE, E. T.; PORTILHO, L. Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro. *Tematicas*, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 227–246, 2018. DOI: 10.20396/tematicas.v26i52.11709. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11709>. Acesso em: 29 abr. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA (PMSB). Disponível em: <http://santabranca.sp.gov.br/a-cidade/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (PMSJC). Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/sao-jose-em-dados/historia/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SPOSITO, E.S.; SILVA, P.F.J. **Cidades Pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, 148 p.

SPOSITO, M.E.S. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPÓSITO, M.E.S. (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. 632p., pp.233-253, 2007.

TONETO JR, Rudinei (coord.); et al. **Uma análise do mercado de trabalho e das diferenças de remuneração no estado de São Paulo a partir de dados da RAIS**. 2021. Disponível em: <<https://municipios.usp.br/wp-content/uploads/sites/595/2021/03/Mercado-de-Trabalho-USP-munic%C3%ADpios-1.pdf>>. Acesso em: 27 de abril de 2022.

WAJNMAN, S.; QUEIRÓZ, B.; LIBERATO, V. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Abep, v. 2, p. 2.429-2.454, 1998.

PASSOS, Luana; GUEDES, Dyeggo Rocha. Participação feminina no mercado de trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas. *Planejamento e políticas públicas*, n. 50, 2018.



*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.*